



CLIPPING



5 de
Novembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> NOVA IPIXUNA CONFLITO

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), deputado estadual Carlos Bordalo (PT), enviou ofício ao Ministério Público do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedindo que os dois órgãos acompanhem a situação das famílias do acampamento "São Vinícius", no município de Nova Ipixuna. Há relatos de que, anteontem à tarde, um grupo de homens armados invadiu o acampamento e ameaçou mulheres, idosos e crianças. Segundo a Comissão da Pastoral da Terra de Marabá, cerca de 70 famílias vivem no acampamento.

EMPOUCASLINHAS

- O Ministério Público do Pará e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em Belém lançarão hoje, às 11h, a exposição fotográfica "Atravessando Fronteiras e Descobrimo Imagens: a Importância da Integração de Pessoas Refugiadas".
- A mostra ficará aberta no Boulevard Shopping Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

7 ANOS

Ato ecumênico relembra a chacina

DA REDAÇÃO

Nesta sexta-feira (5), um ato em memória às 10 vítimas da chacina de Belém, ocorrida em 2014, será realizado pela Prefeitura de Belém, por meio da Secretaria Municipal Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos (Sec-DH). A ação pede o fim ao extermínio da juventude na periferia e integra a programação do Mês da Consciência Negra. As mortes entraram para a história da capital e revelaram a atuação de milícias que agiam de forma até então oculta. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada para acompanhar o caso.

O evento ocorre a partir das 9h, na Rua da Olaria, no Tapanã, ao lado da empresa Jaloto Transportes.

ato é importante para a gente reafirmar nossa defesa da vida e dos direitos humanos. É necessário combatermos o genocídio da juventude negra. Não pode ser naturalizada que a nossa juventude continue sendo exterminada nas periferias", explica o titular da pasta.

RELEMBRE

Entre os dias 4 e 5 de novembro, 10 jovens foram mortos em diversos bairros de Belém. As mortes aconteceram depois do assassinato do cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo (conhecido como Pet), da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana da Polícia Militar (Rotam). Nem todas as vítimas dessa chacina tiveram investigações concluídas e foram encaminhadas para o Ministério Público do

Também contará com a participação de diversas entidades da sociedade civil e com o Instituto Marcinho Mega Kamaradas, criado por Suzana Amaral, mãe de uma das vítimas. O endereço escolhido para as atividades é simbólico para a família de Márcio. É o local onde o jovem foi assassinado e outras duas pessoas conseguiram se abrigar e fugir da violência daquela madrugada.

"O meu filho, Márcio dos Santos Rodrigues, foi tirado de meu peito e ainda ninguém me respondeu sobre os verdadeiros culpados. O objetivo do instituto é fomentar e informar os jovens e adolescentes da periferia de todas as questões de políticas públicas que nos são negadas. Proporcionamos oficinas sobre direitos humanos para dizer que ele tem o direito de ser inserido nessas ações. É o nosso papel discutir sobre essas constan-

Estado do Pará (MPPA). Dois acusados foram levados a júri popular e três denúncias foram arquivadas por "falta de materialidade técnica".

Este caso levou à criação da CPI das Milícias, para investigar a existência de milícias e grupos de extermínio no Pará. Enquanto as respostas para o crime não chegam, a mãe de Márcio Rodrigues luta para que a juventude que reside em periferias tenha mais oportunidades de acesso à cultura e políticas públicas.

**"O meu filho,
Márcio dos
Santos Rodrigues,
foi tirado de meu
peito e ainda
ninguém me
respondeu sobre
os verdadeiros
culpados."**

tes chacinas que vem acontecendo dentro das periferias que contam com a participação do agente público da segurança. Isso é um fato comprovado desde 2014”, desabafa Suzana.

Além de debates sobre direitos humanos, o evento terá apresentações culturais com grupos de rap, celebração ecumênica e atividades lúdicas para crianças. O secretário da SecDH, Max Costa, afirmou que é fundamental o avanço na construção de políticas públicas voltadas à promoção de defesa da vida e a construção de um futuro de alternativas para os jovens.

“Essas ações são para que nunca mais aconteça um crime desse em nosso município. Esse

“Quero dar a oportunidade para que esses jovens possam ter a consciência de que podem sim estar nas periferias, brincando com liberdade como eles são. Mostrar que todos precisam estudar, se empoderar, conhecer e frequentar as escolas para entrar nesse âmbito de política social e venham conhecer os direitos e ser protagonista da própria história. Durante a pandemia, a vulnerabilidade da periferia aumentou e o instituto vem fazendo essas ações para auxiliar essas famílias”, pontua Suzana Amaral.

(Karoline Caldeira, estagiária sob a supervisão de Victor Furtado, coordenador do Núcleo de Atualidades).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VALÉRIA NASCIMENTO
DA REDAÇÃO

A Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), da Polícia Civil do Pará, tem sido grande aliada no enfrentamento da violência contra a mulher. Diretora da delegacia especializada, a delegada Janice Brito

afirma que o órgão tem se tornado referência por englobar, em um só espaço, a delegacia de Polícia Civil, o Serviço Social, com atendimento de assistentes sociais e psicólogos, o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, com peritos criminais, e representantes da Justiça e da Defensoria Pública do Estado.

O Pará tem 18 Deams. Belém, Ananindeua e Marituba, na Região Metropolitana, dispõem de Deams próprias e há outras 15 no interior. As Deams localizadas no interior, informam a Polícia Civil, acumulam a competência das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Somente em Belém, a Deam registrou 14.876 atendimentos de 1º de janeiro de 2020 até 1º de outubro de 2021. A meta das Deams, na nova filosofia de trabalho integrado, é incentivar as vítimas a denunciar agressores. A polícia acredita que há mulheres que não registravam as ocorrências pessoalmente por temer passar por constrangimentos nas unidades policiais.

A delegada Janice expli-

BELÉM

Deam registra 14.876 atendimentos desde 2020

POLÍCIA - Trabalho integrado com outras instituições e serviços fortalece acolhimento



ca que o objetivo da Divisão é facilitar a solicitação de medidas protetivas às vítimas, "portanto, todo o espaço é pensado para evitar que a vítima desista (de denunciar agressores) no meio do caminho. Depois de ouvir a vítima, a Deam encaminha a solicitação de medida proteti-

Há 18 Divisões Especializadas no Atendimento à Mulher em todo o Estado

va para o poder judiciário, que analisa a situação, e em 24 horas há uma resposta para a solicitação. Ou seja, é tudo integrado, dinâmico e rápido".

CAMINHO

O Polo ParáPaz Mulher da Deam, no bairro do

Marco, em Belém, funciona como a primeira porta de entrada para a denúncia. O órgão tem delegadas e profissionais especializados para acolher as denunciadas, abrir inquéritos para apuração dos casos e, por meio de uma rede integrada com Judiciário, Fundação ParáPaz e a De-

fensoria Pública do Estado, oferecer instrumentos legais de proteção à mulher.

A Polícia Civil informa que a vítima é atendida, de início, por uma assistente social da ParáPaz, profissional que vai auxiliá-la até o encaminhamento dela para o registro do boletim de ocorrência e outros serviços, como o

atendimento psicológico.

A diretora da Deam, Janice Brito, destaca que há a avaliação de cada caso e uma das primeiras ações é recomendar o afastamento do agressor, oferecer a medida protetiva e, em situações graves, a polícia acompanha a mulher até a casa para que busque pertences e a encaminha para um abrigo, se necessário.

Também é possível registrar o BO sem ir a uma delegacia, por meio da Delegacia Virtual do Pará ou pelo Disque Denúncia (181).

SERVIÇO

Em Belém, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) fica na travessa Mauriti, 2393, entre as avenidas Duque de Caxias e Romulo Maiorana, no bairro do Marco. Em Ananindeua, a Deam está na travessa WE 31, 1.112, no bairro do Coqueiro.

Outras informações podem ser obtidas pelos telefones: (91) 3246-6803 (Deam Belém) e (91) 98435-2596 (Deam Ananindeua).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRISÃO HOMICIDA NA CADEIA

Paulo Ricardo é assassino confesso de um morador de rua, crime ocorrido em agosto deste ano, na Terra Firme

JUSTIÇA

J R Avelar

Um trabalho de investigação comandado pelo delegado Márcio Cavalcante com os investigadores Marcos Oliveira, Pablo Lourenço, Genésio Santos e Fábio Oliveira, resultou no cumprimento de um mandado de prisão na manhã de ontem (04), no bairro da Terra Firme, em Belém.

Segundo informações, policiais civis da Unidade Integrada da Terra Firme prenderam Paulo Ricardo Rodrigues Damasceno, de 22 anos, que respondia a um inquérito policial por homicídio e que, após a certificação da autoridade policial quanto à culpabilidade do mesmo, pediu por sua prisão, deferida pela Justiça.

Consta nos autos do Inquérito Policial, instaurado para investigar o homicídio de um morador de rua, que dormia no banco de uma parada de ônibus na madrugada do dia 16 de agosto de 2021, na avenida Perimetral, no bairro da Terra Firme. O mesmo foi alvo da

ação criminosa praticada por Paulo Ricardo Rodrigues Damasceno. Durante a investigação, a equipe policial da UTPP da Terra Firme identificou, pelas imagens das câmeras do Ciop, o autor desse homicídio como sendo o homem preso ontem, que inclusive chegou a ser conduzido para a UIPP dias depois, onde confessou a autoria do homicídio.

Ele confessou em depoimento que naquela data estava embriagado e sob efeito de entorpecentes, e que teria matado o morador de rua a pauladas após uma discussão por motivo fútil.

Como estava fora do flagrante, Paulo Ricardo Rodrigues Damasceno foi ouvido e liberado, no entanto, com a conclusão do inquérito, o delegado Márcio Cavalcante representou pela sua prisão que foi deferida pelo juízo da Vara de Inquéritos de Belém e cumprida.

SUA OPINIÃO

opiniao@diarioonline.com.br
Você gostaria de comentar?
www.diarioonline.com.br



Paulo Ricardo confessou, em depoimento, que matou um morador de rua a pauladas por motivo fútil.
CRÉDITO FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO NARCOS PC PRENDE TRÊS NO MARANHÃO

Polícia Civil do Pará cumpriu, no vizinho Estado, três mandados de prisão preventiva em penitenciárias

SEGURANÇA

A Polícia Civil do Pará deflagrou a “Operação Narcos” e cumpriu três mandados de prisão preventiva contra membros de facções criminosas investigados pelos crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico. As prisões ocorreram na última quarta-feira (03), nas penitenciárias dos municípios de São Luís, Pedrinhas e Imperatriz, no estado do Maranhão. A ação foi efetivada por policiais

da delegacia do município de Dom Eliseu, com o apoio dos diretores das penitenciárias.

O homem preso em Pedrinhas é apontado como chefe de uma facção criminoso, o qual atua na prática dos crimes de tráfico de drogas, assim como é responsável por ordenar os roubos de veículos e homicídios na região de Dom Eliseu. O outro acusado, que está em Imperatriz, coordena a venda e transporte de drogas para as cidades de Açailândia, Itinga e Dom Eliseu. Enquanto que o terceiro investigado responde por diversos crimes no Pará e Mara-

nhão, como cárcere privado, sequestro, roubo, homicídio qualificado e tráfico de drogas, além de ser considerado torre de uma facção criminoso.

TERCEIRA FASE

A ação policial é a continuidade da “Operação Network”, a qual está em sua terceira fase e tem o objetivo de combater o crime organizado voltado à prática de tráfico Interestadual de drogas, o comércio ilegal de armas de fogo, roubo, além de homicídio praticado no contexto de organização criminoso.

“Vamos dar continuidade as investigações visando o combate ao tráfico de drogas na região, evitando assim a prática de outros crimes”, afirmou o Superintendente Regional Cristiano Nascimento.

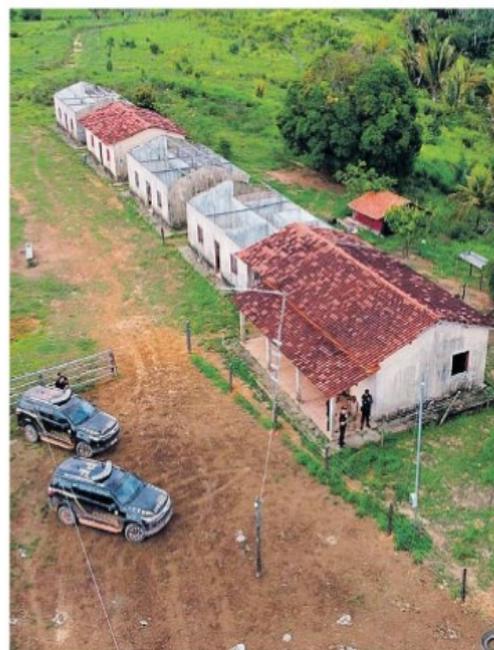


Membros de facções criminosas são investigados por tráfico e associação para o tráfico de drogas. FOTOS: RAFAELA SILVA /ASCOM/PCPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Um efetivo de 130 policiais federais, com apoio logístico do Exército, cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão. Quadrilha usava transações fictícias de ouro para lavagem de dinheiro

OPERAÇÃO NARCOS GOLD

PF PÕE BANDO NA PRISÃO

Acusados de envolvimento com tráfico de drogas movimentaram mais de um bilhão de reais no Pará

SEGURANÇA

J R Avelar

Equivale a vários prêmios da Mega-Sena o valor movimentado por apenas uma quadrilha, em três anos, no Pará, com o tráfico de drogas. Segundo a Po-

lícia Federal, as investigações redundaram na deflagração na manhã de ontem (04) da "Operação Narcos Gold".

A operação teve como foco principal combater o crime de lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas, descapitalizando e desarticulando um grupo criminoso que atuava na região Oeste do Pará há pelo menos

três anos e que teria movimentado mais de um bilhão de reais entre os anos de 2017 e 2021.

Foram cumpridos doze mandados de prisão preventiva e trinta mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal da Justiça Estadual da Comarca de Santarém, desta feita nos Estados do Pará, Goiás, Tocantins e São Paulo.

Além dos mandados de prisões e buscas de apreensões, foi determinado o sequestro de doze aeronaves, bloqueio de valores em contas bancárias e indisponibilidade de diversos outros bens móveis e imóveis dos investigados na operação.

O trabalho de investigação da Polícia Federal revelou que o transporte da substância entor-

pecente era realizado por meio de aviões que partiam de outros Estados até a região Oeste do Pará, e neste local era feita a distribuição do produto ilícito para outras unidades da federação.

Além disso, foi verificado que o grupo utilizava garimpos de ouro na região Oeste do Pará como base para pousos e decolagens no transporte de drogas e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



também, como fachada para lavagem de dinheiro, sendo que a quadrilha utilizava notas fiscais de transações fictícias com ouro para justificar o patrimônio milionário que ostentavam.

A operação contou com um efetivo de cento e trinta policiais federais, com destaque para a atuação do Comando de Operações Táticas, do Grupo de Pronto Intervenção, do Comando de Aviação da Polícia Federal e teve

o apoio logístico do Exército Brasileiro.

Os investigados e presos na operação vão responder por tráfico de drogas e associação para o tráfico com base no artigo 33 da Lei nº 11.343, corrupção passiva e ativa contida no artigo 317 e artigo 333 do Código Penal e lavagem de dinheiro previsto no artigo 1º da Lei nº 9.613, cujas penas somadas podem chegar a trinta anos de prisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF cobra providências sobre ataque de pistoleiros em acampamento

Segundo informações obtidas pelo MPF, acampamento São Vinícius foi atacado a tiros nesta quarta-feira (3)

NOVA IPIXUNA

DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou nesta quinta-feira (4) ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) requisição de informações sobre quais providências foram tomadas pela autarquia para o atendimento da recomendação de avaliação quanto à destinação, para a reforma agrária, da fazenda Tinelli, em Nova IPIXUNA (PA), onde houve atentado armado nesta quarta-feira.

Segundo notícias encaminhadas ao MPF, o acampamento São Vinícius foi atacado por pistoleiros, o que resultou em pessoas baleadas, veículos queimados e barracos destruídos. Famílias tiveram que se esconder na mata, informam postagens em redes sociais do Instituto Zé Cláudio e Maria, que atua na defesa de lideranças amazônicas ameaçadas de morte e na educação de populações tradicionais do sudeste do Pará. As postagens incluem a assinatura da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Geuza Morgado, agente da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (CPT), informou que os trabalhadores estiveram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que apoiou e refugiou os mesmos.

"Mas eles acabaram retornando de novo e não temos muitas informações a respeito do que aconteceu lá e o que está acontecendo a partir de hoje", disse.

Ainda de acordo com Geuza Morgado não há confirmação de nenhuma morte no conflito. "Não temos informações de alguma pessoa que tenha sido baleada ou assassinada", declarou. "Mas temos notícias de pessoas que foram espancadas, e estiveram no hospital em Nova IPIXUNA, mas houve espancamento e tem pessoas bastante feridas e são essas pessoas que estamos tentando encontrar", declarou.

O MPF também questionou o Incra sobre quais providências o órgão adotará em relação ao atentado, tendo em vista que ocorreu em área sob sua gestão. Informações também foram solicitadas à Delegacia de Conflitos Agrários (Deca) de Marabá, em especial sobre registro da ocorrência de eventuais lesões, danos patrimoniais e ameaças praticadas no acampamento, com cópia da documentação relativa à apuração instaurada pelo órgão.

À CPT o MPF solicitou relatório circunstanciado sobre o conflito e à Polícia Federal foi solicitada cooperação interinstitucional às apurações realizadas pela Deca, para que sejam evitados novos conflitos, além da apuração de eventual ocorrência de ameaças e outros crimes na área.



O acampamento São Vinícius foi atacado por pistoleiros, o que resultou em pessoas baleadas, veículos queimados e barracos destruídos. FOTO: REPRODUÇÃO

Conflito agrário pode impedir regularização

Apesar de ter publicado a portaria de criação do assentamento, o Incra não tomou nenhuma medida prática para implementar o projeto, e em 2014 famílias sem-terra acamparam nas proximidades, reivindicando que o assentamento saísse do papel. Logo em seguida, integrantes da família Tinelli pediram à Justiça Estadual do Pará o despejo das trabalhadoras e

dos trabalhadores acampados. Houve decisão liminar (urgente e provisória) favorável aos Tinelli e as famílias sem-terra foram despejadas. Depois que a CPT fez várias solicitações ao Incra para que a autarquia intervisse no processo judicial, o Incra apresentou manifestação à Justiça admitindo que o pedido de regularização

da terra em nome dos Tinelli provavelmente não será concedido pela existência de conflito agrário e sobreposição de parte do imóvel sobre terras indígenas. Mesmo assim, o Incra não requereu a retomada do imóvel ao patrimônio público, e solicitou à Justiça a participação no processo apenas para esclarecer questões dúbidas sobre o caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Trabalhadores rurais sofrem ataque de pistoleiros em Nova Ipixuna, sudeste do Pará; MPF cobra providências

De acordo com informações repassadas ao MPF, o atentado resultou em pessoas baleadas, veículos queimados e barracos destruídos. Ministério cobra providências do INCRA e de autoridades policiais.

Por g1 Pará — Belém

04/11/2021 17h06 - Atualizado há 15 horas



Acampamentos ficam localizados na fazenda Tinelli que, segundo MPF, pertence à União. — Foto: Reprodução/ TV Liberal

A Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá investiga um ataque feito por homens armados e encapuzados a dois acampamentos de trabalhadores rurais que ocupam a área de uma fazenda em Nova Ipixuna, sudeste do Pará. O atentado ocorreu nesta quarta-feira (3).

Nesta quinta (4), mais de 20 homens da Polícia Militar, Polícia Civil e da Delegacia de Crimes Agrários se deslocaram até o local para investigar o ocorrido. Segundo a polícia, os acampamentos foram queimados por homens que teriam invadido os assentamentos e ameaçado expulsar os camponeses.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após o atentado, alguns agricultores ficaram feridos e foram para a cidade procurar ajuda médica. Algumas famílias tiveram que se esconder na mata para escapar dos pistoleiros.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CTP), que acompanha o caso, os ataques ocorreram após recomendação do Ministério Público Federal ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), feita no final do mês passado. O pedido era para que a área da fazenda Tinelli, localizada em terras da União, fosse destinadas à reforma agrária.

Após o atentado, O MPF cobrou novamente, nesta quinta-feira (4), providências do Incra sobre a situação da fazenda.



Polícia investiga ataque a trabalhadores rurais que ocupam área em Nova Ipixuna

O MPF também solicitou informações à Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá sobre registro da ocorrência de eventuais lesões, danos patrimoniais e ameaças praticadas no acampamento contra os trabalhadores.

Também foi solicitado à Comissão Pastoral da Terra (CTP), que acompanha o caso, um relatório circunstanciado sobre o caso. À Polícia Federal, o MPF pediu cooperação interinstitucional para que sejam evitados novos conflitos na região.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Propriedade é da União, alega MPF

A fazenda Tinelli, segundo o MPF, está "sobreposta a imóvel arrecadado e matriculado em nome da União". O ministério explica que em 2002 o Incra chegou a publicar portaria de criação de assentamento na área, nomeando o projeto como 'Assentamento São Vinícius'.

De acordo com informações da CPT enviadas ao MPF, o assentamento foi criado porque o fazendeiro que ocupava a área não tinha direito de regularizar o imóvel em seu nome, por já ter recebido título de outro imóvel da União.

De acordo com a CPT, o fazendeiro teria se utilizado da terra pública para especulação, isso porque durante fiscalizações do Incra na área, foi constatado que o imóvel estava sendo mal utilizado, era improdutivo e não cumpria com sua função social.

Ainda segundo informações repassadas pela CTP ao MPF, além de ocupar ilegalmente terra pública, que é crime previsto em lei, o fazendeiro ainda vendeu, ilegalmente, 810 hectares da área, cometendo outros crimes.

MPF cobra ações do Incra

O MPF alega que o Incra não tomou nenhuma medida prática para implementar o projeto de reforma agrária da fazenda, mesmo do assentamento na fazenda, mesmo após ter publicado a portaria para tal. Em 2014, famílias sem-terra acamparam nas proximidades, reivindicando que o assentamento saísse do papel.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

À época, integrantes da família Tinelli pediram à Justiça Estadual do Pará o despejo dos trabalhadores acampados. Houve decisão liminar (urgente e provisória) favorável aos Tinelli e as famílias sem-terra foram despejadas.

Após solicitações feitas pela CTP ao Incra para que a autarquia interviesse no processo judicial, o Incra apresentou manifestação à Justiça admitindo que o pedido de regularização da terra em nome dos Tinelli provavelmente não seria concedido pela existência de conflito agrário e sobreposição de parte do imóvel sobre terras indígenas.

No entanto, o MPF alega que "o Incra não requereu a retomada do imóvel ao patrimônio público e solicitou à Justiça a participação no processo apenas para esclarecer questões dúbidas sobre o caso".

A Superintendência Regional do Incra Sul do Pará informou, por meio de nota, que recebeu na quarta-feira (3) a notificação do Ministério Público Federal. O Incra explicou que a situação do imóvel rural está sendo analisada pelo corpo técnico para pronunciamento sobre o assunto e adoção de medidas cabíveis. O conflito relatado deve ser investigado pela Polícia Civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Corregedoria da PM oficializa exclusão de sargento que matou a tiros mulher em Santarém

Decisão foi 'a bem da disciplina das fileiras da corporação'. Gildson dos Santos Soares está preso em Belém e pode apresentar recurso. Crime aconteceu em junho de 2018 e deixou mais três pessoas feridas.

Por g1 Santarém e Região — Pará

05/11/2021 10h27 - Atualizado há 39 minutos



Sargento Gildson Soares, do GTO, alegou legítima defesa em depoimento na Seccional de Polícia Civil — Foto: Reprodução/Redes Sociais

A Corregedoria Geral da Polícia Militar oficializou a exclusão da corporação do sargento Gildson dos Santos Soares. A decisão foi tomada após análise do relatório da comissão processante sobre a morte de uma mulher em Santarém, no oeste do Pará, com uso de arma e munição da corporação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A publicação é do dia 3 de novembro e foi tomada pelo corregedor geral Coronel Ricardo André da Silva, que decidiu pela "exclusão a bem da disciplina das fileiras da corporação". Gildson cometeu transgressão da disciplina de natureza grave.

Segundo o relatório, Gildson Soares, que atuava na 1ª Companhia Independente de Policiamento Ambiental (Cipamb), estava de folga no dia 28 de junho de 2018 quando efetuou disparos contra um carro, onde estava uma família.

Os tiros atingiram e mataram Sônia da Silva Viana, além de ferir os dois filhos e causar lesão corporal em uma terceira pessoa.

A partir da publicação no Boletim da Polícia Militar e intimação, Gildson tem 15 dias para apresentar recurso.

Crime, prisão e transferência



Veículo ficou com várias perfurações de bala após abordagem por dois homens em uma moto — Foto: g1/Arquivo

O [caso aconteceu em junho de 2018 no bairro Santarenzinho](#), em Santarém. Ao todo foram disparados 12 tiros contra o carro onde estavam seis pessoas. A

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

doméstica Sônia da Silva Viana, 40 anos, morreu, e outras três pessoas ficaram feridas.

O militar Gildson Soares compareceu espontaneamente à polícia e [confessou o crime](#). Em depoimento, ele disse que estava indo pra casa da mãe, e um dos integrantes do carro teria mostrado uma arma para ele.

Gildson responde ao processo denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de homicídio qualificado e mais cinco tentativas de homicídio qualificado.

Depois de ser preso preventivamente por descumprir medidas cautelares, em julho deste ano, [o sargento foi transferido para Belém](#). A decisão pela transferência aconteceu durante audiência de custódia no Fórum da Comarca de Santarém.



Mulher estava no banco traseiro do veículo quando foi atingida pelo disparo de arma de fogo — Foto: g1/Arquivo

A defesa do militar chegou a pedir a revogação da prisão com imposição de medidas cautelares. Já o Ministério Público alegou que há requisitos suficientes para manutenção, considerando ainda, que já houve a conversão do flagrante em prisão preventiva.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O juiz Gabriel Veloso, titular da 3ª Vara Criminal, manteve a prisão e, para preservar a segurança de Gildson Soares, que tem histórico de ameaças, decidiu pela transferência para o Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves, em Belém.

A decisão foi baseada também na inexistência de local em Santarém apropriado para prisão de policiais militares e civis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

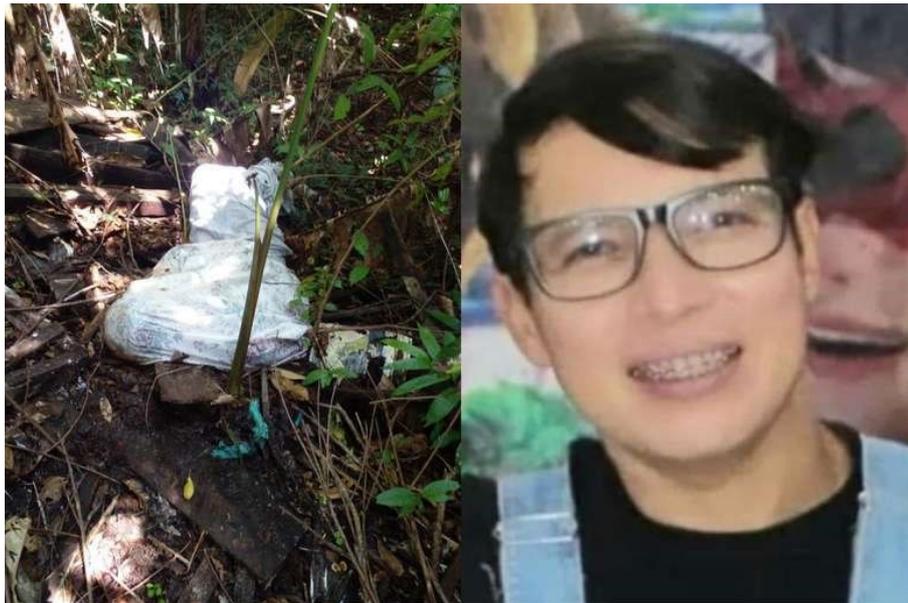
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AÇÃO POLICIAL

Polícia prende dois homens por homicídio em Belém

05 NOV 2021 - 18:42 | ATUALIZADO 05 NOV 2021 - 18:45

Compartilhar 4



Dois homens foram presos pelo assassinato de Jonas Dabe Melo, 40 anos, que aconteceu no dia 18 de setembro deste ano. A prisão aconteceu no interior do Pará e os acusados serão encaminhados para Belém.

O corpo de Jonas foi encontrado na manhã do dia 18 de setembro, em uma área de mata no ramal da Fazenda, próximo à estrada da Ceasa, no bairro do Curió-Utinga, em Belém.

Segundo informações de familiares, o jovem era natural de Igarapé-Miri, na região nordeste do Pará, e estava desaparecido desde a última quinta-feira, 16, quando saiu de casa em Belém. A família ainda procurava Jonas pelos hospitais em Belém, na esperança de encontrá-lo com vida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Prefeito volta a ser afastado do cargo em Oriximiná após decisão da Justiça

04 NOV 2021 - 15:46 | ATUALIZADO 04 NOV 2021 - 15:45 | Compartilhar 17



O Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), cassou a liminar que devolveu o cargo de prefeito de Oriximiná, a William Fonseca (PRTB) em uma sessão ordinária que aconteceu na última quarta-feira, 3. O político foi afastado pela Câmara Municipal (CMO), no último dia 22 de outubro de 2021.

William é acusado de infração político-administrativa, pois teria contratado 1.465 servidores temporários no período de janeiro a julho de 2021, para beneficiar aliados políticos em Oriximiná.

O prefeito ficou afastado do cargo por 4 dias, mas uma liminar, em 1ª instância, reconduziu o gestor ao cargo no dia 26 de outubro. A sentença monocrática foi comemorada com um ato público na Praça Centenário, todavia a liminar foi derrubada ontem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A defesa de William Fonseca divulgou uma nota, afirmando que irá recorrer da decisão colegiada do TJPA junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), nas próximas horas. Na votação da Câmara Municipal de Oriximiná, o prefeito afastado teve 10 votos favoráveis à cassação; 3 abstenções e 2 votos contrários.

Com informações do Debate de Carajás.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POLÍCIA

Homem é preso por tráfico de drogas em Parauapebas

04 NOV 2021 - 12h22

ATUALIZADO 04 NOV 2021 - 12h23

Compartilhar 0



Antônio Correia de Moraes Neto, 30 anos, foi preso pela Polícia Militar (PM) por tráfico de drogas no bairro Morada Nova, em Parauapebas, nesta quarta-feira, 03. O acusado tinha um mandado de prisão por roubo e vendia maconha e cocaína.

A Polícia foi informada que Antônio vendia drogas em sua casa, na rua Berilo. Guarnições foram enviadas ao local e constataram que o suspeito estava com uma pequena quantidade de maconha. Os militares encontraram R\$ 130 em dinheiro, 28 gramas de cocaína e 38 gramas de maconha no quintal da residência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Antônio foi encaminhado para 20ª Seccional Urbana de Polícia Civil e aguardará julgamento.

Com informações do Correio de Carajás.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Saiba como denunciar violência contra a mulher e como funciona a delegacia especializada

Só em Belém, a Deam registrou 14.876 atendimentos entre janeiro de 2020 e outubro de 2021



O Liberal

04.11.21 19h38



O Polo ParáPaz Mulher da Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), no bairro do Marco, em Belém, funciona como a primeira porta de entrada para a denúncia. O órgão tem delegadas e profissionais especializados para acolher as denunciantes, abrir inquéritos para apuração dos casos e, por meio de uma rede integrada com o judiciário, Fundação ParáPaz e a Defensoria Pública do Estado, oferecer instrumentos legais de proteção à mulher.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A PC informa que a vítima é atendida, de início, por uma assistente social da ParáPaz, profissional que vai auxiliá-la até o encaminhamento dela para o registro do Boletim de Ocorrência (BO) e outros serviços, como o atendimento psicológico.

A diretora da Deam, Janice Brito, destaca que há a avaliação de cada caso e uma das primeiras ações é recomendar o afastamento do agressor, oferecer a medida protetiva e, em situações graves, a polícia acompanha a mulher até a casa para que busque pertences e a encaminha para um abrigo, se necessário.

Também é possível registrar o BO sem ir a uma delegacia, por meio da Delegacia Virtual do Pará ou pelo Disque Denúncia ([181](#)).

A Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), da Polícia Civil do Pará, tem sido grande aliada no enfrentamento da violência contra a mulher. Diretora da delegacia especializada, delegada Janice Brito, afirma que o órgão tem se tornado referência por englobar, em um só espaço, a delegacia de Polícia Civil, o serviço social com assistentes sociais e psicólogos; peritos criminais do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves; representantes da Justiça e da Defensoria Pública do Estado. Com informações da Agência Pará.

A delegada Janice Brito observa que o objetivo da Divisão é facilitar a solicitação de medidas protetivas às vítimas, "portanto, todo o espaço é pensado para evitar que a vítima desista no meio do caminho. Depois de ouvir a vítima, a Deam encaminha a solicitação de medida protetiva para o poder judiciário, que analisa a situação e, em 24 horas, há uma resposta da solicitação. Ou seja, é tudo integrado, dinâmico e rápido", disse ela.

PARÁ TEM 18 DIVISÕES ESPECIALIZADAS

De acordo com a Polícia Civil, o Pará tem 18 delegacias especializadas. Belém, Ananindeua e Marituba, na região metropolitana, dispõem de uma Deam própria e há outras 15 no interior. As Deams localizadas no interior, informa a Polícia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Civil, acumulam a competência das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (Dpca).

Somente em Belém, a Deam registrou 14.876 atendimentos de 1º de janeiro de 2020 até 1º de outubro de 2021. A meta das Deams, com sua nova filosofia de trabalho integrado, é incentivar as vítimas a denunciarem os agressores, pois que a polícia acredita que há mulheres que, por muito tempo, não registravam as ocorrências pessoalmente, por temerem constrangimentos.

SERVIÇO

Em Belém, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) fica na travessa Mauriti, nº 2.393, entre as avenidas Duque de Caxias e Rômulo Maiorana, no bairro do Marco.

Em Ananindeua, a Deam está na travessa WE 31, nº 1.112, no bairro do Coqueiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br